

INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDO ADITAMENTO À ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP

Pelo presente instrumento particular, como emissora, a **COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP**, companhia aberta, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Costa Carvalho, 300, inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.776.517/0001-80, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante designada simplesmente como “EMISSORA”) e como agente fiduciário interveniente deste instrumento, representando a comunhão de Debenturistas adquirentes das debêntures da 4ª Emissão da EMISSORA (os “Debenturistas” ou, individualmente, o “Debenturista”), **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n. 3.333 – Salas 307-309, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, (doravante designado simplesmente como “AGENTE FIDUCIÁRIO”), vêm por esta e em regular forma de direito celebrar o presente aditamento (o “Aditamento”) ao “Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP” (respectivamente, a “Escritura de Emissão”, a “4ª Emissão” e as “Debêntures”), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula I – DA AUTORIZAÇÃO

O presente Aditamento é celebrado com base na deliberação tomada em Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 11 de junho de 2001 e no disposto na Cláusula Onze da Escritura de Emissão.

Cláusula II – DA AVERBAÇÃO DO ADITAMENTO

O presente Aditamento será averbado no Cartório de Registro de Imóveis ao qual está circunscrita a sede da Emissora, à margem do registro relativo à Escritura de Emissão.

3Cláusula III – DAS RETIFICAÇÕES

3.1. Fica alterada a Cláusula Primeira da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“A presente Escritura é celebrada de acordo com a autorização da Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA realizada em 12 de março de 2001 (a “AGE”) e com as Reuniões do Conselho de Administração da EMISSORA realizadas em 22 de março, 10 de maio, 29 de maio e 11 de junho de 2001 (as “RCAs”).”

3.2. Ficam alterados os itens 2.2. e 2.3. da Cláusula Segunda da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“2.2. Arquivamento da Ata da Assembléia Geral Extraordinária e das Reuniões do Conselho de Administração

As atas da AGE e da Reunião do Conselho de Administração da EMISSORA realizada em 22 de março de 2001 foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Gazeta Mercantil. As atas das Reuniões do Conselho de Administração da EMISSORA realizada em 10 de maio, 29 de maio e 11 de junho de 2001 foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal O Estado de São Paulo.

2.3. Registro da Escritura

A presente Escritura será registrada no Cartório de Registro de Imóveis do local da sede da EMISSORA, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei nº 6.404/76.”

3.3. Fica alterada a redação do item 3.2. da Cláusula Terceira da Escritura de Emissão, passando a ter a seguinte redação:

“As Debêntures serão registradas para negociação junto (i) ao Sistema Nacional de Debêntures (o “SND”), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (a “ANDIMA”) e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (a “CETIP”) e (ii) ao Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (o “BOVESPA FIX”), custodiado na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (a “CBLC”).”

3.4. Em virtude de leilão realizado na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (a “BOVESPA”) em 08 de junho de 2001, que estabeleceu o spread de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento), a ser acrescido à Taxa DI (conforme abaixo definido) para a remuneração das Debêntures, foi modificado o item 4.5. da Cláusula Quarta da Escritura de Emissão, tendo sido alterados os subitens 4.5.1. e 4.5.2.. Em decorrência de tais alterações, o item 4.5. da Cláusula Quarta passa a ter a seguinte redação:

“4.5.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o saldo de seu Valor Nominal Unitário não amortizado, e estabelecidos com base na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação (“Taxa DI”), acrescida de *spread* de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) ao ano, base de 252 dias (o “Acréscimo sobre a Taxa DI”, sendo a Taxa DI e o Acréscimo sobre a Taxa DI, em conjunto referidos como a “Remuneração”). A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VN \times \left\{ \left[\prod_{i=1}^{i=f} (FI_i) \right] \times (S) - 1 \right\}$$

onde:

J = valor da Remuneração devida no fim de cada Período de Capitalização;

VN = Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal da Debênture, no início do Período de Capitalização;

$\prod_{i=1}^{i=f}$ = produtório dos i termos FI referentes a cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização; com i variando de 1 até f .

f = número de dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Período de Capitalização

FI_i = fatores de remuneração, verificados nos f dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização e a data final do Período de Capitalização, e obtidos a partir da seguinte fórmula:

$$FI = \left[\left(\frac{CDI_{CETIP}}{100} + 1 \right)^{\frac{dj}{252}} \right]$$

onde:

CDI_{CETIP} = taxa média diária de depósitos interfinanceiros – DI de um dia – extra grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, em cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, expressa em percentual ao ano;

Dj = número de dia (s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa CDI CETIP;

S = fator de *spread* calculado conforme fórmula abaixo:

$$S = \left[\left(\frac{s}{100} + 1 \right)^{\frac{du}{252}} \right]; \text{ onde:}$$

$s =$ Acréscimo sobre a Taxa DI, equivalente e 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) ao ano;

$du =$ número de dias úteis do Período de Capitalização.

4.5.1.1. A Taxa DI compreenderá o número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.5.2. O Acréscimo sobre a Taxa DI foi apurado de acordo com procedimento de leilão na BOVESPA, realizado em 08 de junho de 2001 (o “Leilão”).”

3.5. Fica alterado o item 4.7.2. da Cláusula Quarta da Escritura, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“4.7.2. O saldo das Debêntures eventualmente não subscritas no Leilão, será distribuído pelos Coordenadores em mercado de balcão, mediante utilização do procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/1980, observados o prazo de 6 (seis) meses contados da data da concessão do registro da distribuição das Debêntures pela CVM e as mesmas condições de remuneração definidas no Leilão.”

3.6. Fica excluída a Cláusula Onze da Escritura de Emissão, ficando renumerada a Cláusula Doze.

Cláusula IV – DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura de Emissão e não expressamente alteradas pelo presente Aditamento.

Cláusula V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. O presente Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

5.2. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão.

Cláusula VI – DA CONSOLIDAÇÃO

Em consequência das disposições do presente Aditamento, a Escritura de Emissão, tendo incorporadas as retificações constantes do presente instrumento, passa a vigorar com a seguinte redação:

“INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP

Pelo presente instrumento particular, como emissora, a **COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SABESP**, companhia aberta, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Costa Carvalho, 300, inscrita no CNPJ/MF sob nº 43.776.517/0001-80, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante designada simplesmente como “EMISSIONORA”) e como agente fiduciário interveniente deste instrumento, representando a comunhão de Debenturistas adquirentes das debêntures da 4ª Emissão da EMISSIONORA (os “Debenturistas” ou, individualmente, o “Debenturista”), **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n. 3.333 – Salas 307-309, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, (doravante designado simplesmente como “AGENTE FIDUCIÁRIO”), vêm por esta e em regular forma de direito celebrar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP” (respectivamente, a “Escritura”, a “4ª Emissão” e as “Debêntures”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada de acordo com a autorização da Assembléia Geral Extraordinária da EMISSIONORA realizada em 12 de março de 2001 (a “AGE”) e com as Reuniões do Conselho de Administração da EMISSIONORA realizadas em 22 de março, 10 de maio, 29 de maio e 11 de junho de 2001(as “RCAs”).

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A 4ª Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”), na forma das Leis nº 6.385/76 e 6.404/76, bem como das demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.2. Arquivamento da Ata da Assembléia Geral Extraordinária e das Reuniões do Conselho de Administração

As atas da AGE e da Reunião do Conselho de Administração da EMISSIONORA realizada em 22 de março de 2001 foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Gazeta Mercantil. As atas das Reuniões do Conselho de Administração da EMISSIONORA realizada em 10 de maio, 29 de maio e 11 de ju-

nho de 2001 foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal O Estado de São Paulo.

2.3. Registro da Escritura

A presente Escritura será registrada no Cartório de Registro de Imóveis do local da sede da EMISSORA, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei nº 6.404/76.

2.4. Da Delegação ao Conselho de Administração

A AGE, que deliberou sobre a emissão das Debêntures, autorizou o Conselho de Administração da EMISSORA a proceder a eventuais alterações nas condições de emissão das Debêntures, nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, estando autorizado o Conselho de Administração, ainda, a deliberar sobre o Acréscimo sobre a Taxa DI, conforme apurado em leilão a ser realizado nos termos do item 4.5.2 abaixo.

2.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (“ANBID”)

A emissão será registrada na ANBID, em atendimento ao Código de Auto-Regulação da ANBID, aprovado em Assembléia Geral realizada em 27 de Agosto de 1998.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA 4ª EMISSÃO

3.1. Colocação e Procedimento

3.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação por meio de leilão a ser realizado na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, (a “BOVESPA”), mediante a utilização do procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/1980.

3.1.2. As Debêntures que não forem subscritas no leilão a que se refere o item 4.5.2. da Cláusula Quarta abaixo serão colocadas em mercado de balcão pelas instituições coordenadoras da distribuição (os “Coordenadores”), observado o disposto no item 4.7.2. da referida cláusula.

3.2. Negociação

As Debêntures serão registradas para negociação junto (i) ao Sistema Nacional de Debêntures (o “SND”), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (a “ANDIMA”) e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (a “CETIP”), conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88 e (ii) ao Sistema de Negociação BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (o “BOVESPA FIX”), custodiado na CBLC – Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (a “CBLC”).

3.3. Valor Total da 4ª Emissão

O valor total da 4ª Emissão será de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

3.4. Valor Nominal Unitário das Debêntures

O valor nominal unitário das Debêntures, na data de emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (o “Valor Nominal Unitário”).

3.5. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures na 4ª Emissão.

3.6. Séries

A 4ª Emissão será realizada em série única.

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data da Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de abril de 2001 (a “Data de Emissão”).

4.2. Forma, Tipo e Conversibilidade

4.2.1. As Debêntures serão da forma nominativa, do tipo escritural e não conversíveis em ações da EMISSORA. O Banco Itaú S.A. (o “Banco Itaú”) será a instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures e pela prestação dos serviços de Banco Mandatário da 4ª Emissão.

4.2.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Itaú. Adicionalmente, será expedido pelo SND o “Relatório de Posição de Ativos” acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na CBLC será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista.

4.3. Espécie

As Debêntures serão da espécie sem garantia, não subordinada.

4.4. Prazo e Vencimento

As Debêntures terão prazo de vigência de 05 (cinco) anos e 258 dias, com vencimento fixado em 15 de dezembro de 2006 (“Data de Vencimento”), ocasião em que a EMISSORA obriga-se a proceder à liquidação das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação, pelo saldo do seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração de que trata o item 4.5. desta Cláusula Quarta, calculada *pro rata temporis*, a partir da última data de pagamento da referida remuneração.

4.5. Remuneração

4.5.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o saldo de seu Valor Nominal Unitário não amortizado, e estabelecidos com base na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação (“Taxa DI”), acrescida de *spread* de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) ao ano, base 252 dias (o “Acréscimo sobre a Taxa DI”, sendo a Taxa DI e o Acréscimo sobre a Taxa DI, em conjunto referidos como a “Remuneração”). A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VN \times \left\{ \left[\prod_{i=1}^{i=f} (FI_i) \right] \times (S) - 1 \right\}$$

onde:

J = valor da Remuneração devida no fim de cada Período de Capitalização;

VN = Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal da Debênture, no início do Período de Capitalização;

$\prod_{i=1}^{i=f}$ = produtório dos i termos FI referentes a cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização; com i variando de 1 até f ;

f = número de dias úteis contidos entre o início e o fim de cada Período de Capitalização;

FI_i = fatores de remuneração, verificados nos f dias úteis entre a data de início do Período de Capitalização e a data final do Período de Capitalização, e obtidos a partir da seguinte fórmula:

$$FI = \left[\left(\frac{CDI_{CETIP}}{100} + 1 \right)^{\frac{dj}{252}} \right]$$

onde:

CDI CETIP = taxa média diária de depósitos interfinanceiros – DI de um dia – extra grupo, calculadas e divulgadas pela CETIP, em cada dia útil contido entre o início e o fim de cada Período de Capitalização, expressa em percentual ao ano;

dj = número de dia (s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa CDI CETIP;

S = fator de *spread* calculado conforme fórmula abaixo:

$$S = \left[\left(\frac{s}{100} + 1 \right)^{\frac{du}{252}} \right]$$

onde:

s = Acréscimo sobre a Taxa DI.

du = número de dias úteis do Período de Capitalização;

4.5.1.1. A Taxa DI compreenderá o número de casas decimais divulgado pela CETIP.

4.5.2. O acréscimo sobre a Taxa DI foi apurado de acordo com procedimento de leilão na BOVESPA, realizado em 08 de junho de 2001 (o “Leilão”).

4.5.3. Com exceção do primeiro pagamento da Remuneração, cujo período de capitalização será de 75 (setenta e cinco) dias, a Remuneração será devida trimestralmente, a partir da Data de Emissão, nas datas definidas no item 4.5.6. abaixo (cada data de pagamento da Remuneração, uma “Data de Pagamento de Remuneração”).

4.5.4. O período de capitalização da Remuneração (o “Período de Capitalização”) é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização e termina no dia imediatamente anterior à primeira Data de Pagamento de Remuneração e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento de Remuneração e termina no dia imediatamente anterior à Data de Pagamento de Remuneração subsequente.

4.5.5. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.5.6. O pagamento da Remuneração será realizado de acordo com o seguinte cronograma:

Anos	Datas de Pagamento da Remuneração			
2001	-	15.06.2001	15.09.2001	15.12.2001
2002	15.03.2002	15.06.2002	15.09.2002	15.12.2002
2003	15.03.2003	15.06.2003	15.09.2003	15.12.2003

2004	15.03.2004	15.06.2004	15.09.2004	15.12.2004
2005	15.03.2005	15.06.2005	15.09.2005	15.12.2005
2006	15.03.2006	15.06.2006	15.09.2006	15.12.2006

4.5.7. Para a apuração do valor de quaisquer das obrigações de pagamento das Debêntures a serem liquidadas em datas para as quais, por qualquer motivo, a Taxa DI não seja conhecida, será utilizada a última Taxa DI disponível, não sendo devidas, na hipótese de divulgação posterior de Taxa DI, quaisquer compensações financeiras, tanto à EMISSORA quanto aos Debenturistas. Persistindo a ausência de divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, ou caso a Taxa DI não mais possa ser utilizada para referenciar a remuneração de debêntures, devido à superveniência de norma legal, regulamentar ou de outra natureza, o AGENTE FIDUCIÁRIO convocará os Debenturistas para, reunidos em Assembléia, deliberarem, em conjunto com a EMISSORA, a respeito do novo critério de remuneração a ser utilizado como “Taxa Substituta da Taxa DI”, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 7/99 e/ou as demais regulamentações aplicáveis, sendo facultado à EMISSORA, caso discorde da deliberação da Assembléia de Debenturistas, e desde que comunique sua decisão ao AGENTE FIDUCIÁRIO no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da Assembléia de Debenturistas, resgatar a totalidade das Debêntures em circulação em cronograma estipulado pela EMISSORA, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures, vigendo até o resgate integral das Debêntures o critério de remuneração escolhido pela referida Assembléia de Debenturistas. Para todos os efeitos deste item 4.5., será considerado o ano de 252 dias. Caso a taxa aplicável, qual seja, a Taxa DI ou a Taxa Substituta da Taxa DI seja referenciada em prazo diferente de 252 dias, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 dias.

4.6. Amortização

As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário amortizado em 12 (doze) parcelas trimestrais, sendo as 11 (onze) primeiras parcelas no valor unitário de R\$ 833,34 (oitocentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos) por Debênture e a última no valor unitário de R\$ 833,26 (oitocentos e trinta e três reais e vinte e seis centavos) por Debênture, observado o seguinte cronograma:

Datas de Pagamento	Valores a serem Amortizados (por Debênture)
15.03.2004	R\$ 833,34
15.06.2004	R\$ 833,34
15.09.2004	R\$ 833,34
15.12.2004	R\$ 833,34
15.03.2005	R\$ 833,34
15.06.2005	R\$ 833,34
15.09.2005	R\$ 833,34
15.12.2005	R\$ 833,34

15.03.2006	R\$ 833,34
15.06.2006	R\$ 833,34
15.09.2006	R\$ 833,34
15.12.2006	R\$ 833,26

4.7. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.7.1. As Debêntures serão subscritas por meio de Leilão na BOVESPA, no qual será definido o Acréscimo sobre a Taxa DI a ser adicionado à taxa de remuneração das Debêntures, conforme definido no item 4.5.2 desta Cláusula Quarta. A integralização será realizada à vista, em moeda corrente nacional, pelo saldo de seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

4.7.2. O saldo das Debêntures eventualmente não subscritas no Leilão, será distribuído pelos Coordenadores em mercado de balcão, mediante utilização do procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/1980, observados o prazo de 6 (seis) meses contados da data da concessão do registro da distribuição das Debêntures pela CVM e as mesmas condições de remuneração definidas no Leilão.

4.8. Aquisição Facultativa

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo de seu Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55, da Lei n.º 6.404/76. Nesta hipótese, as Debêntures que eventualmente vierem a ser adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA ou ser novamente colocadas no mercado.

4.9. Resgate Antecipado

A EMISSORA reserva-se o direito de, a qualquer tempo, observado o prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias a contar da Data de Emissão, mediante publicação de aviso prévio de 15 (quinze) dias aos Debenturistas, promover o resgate antecipado das Debêntures em circulação, pelo pagamento do saldo de seu Valor Nominal Unitário não amortizado até a data do efetivo resgate, acrescido até a referida data: (i) da Remuneração, calculada, *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração e (ii) de prêmio de resgate equivalente a 1% (um por cento) sobre o saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração devida à data do resgate. O resgate será realizado com observância do disposto no parágrafo segundo do artigo 55, da Lei n.º 6.404/76 e poderá ser total ou parcial sendo, nesta última hipótese, realizado por meio de sorteio, a ser realizado sob a coordenação do AGENTE FIDUCIÁRIO.

4.10. Multa e Juros Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas os débitos em atraso vencidos e não pagos pela EMISSORA, ficarão, desde a data da inadimplência até a da-

ta do efetivo pagamento, sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) a multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento); (ii) a juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês e (iii) a Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela EMISSORA.

4.11. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no 4.10 supra, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.12. Local de Pagamento

Os pagamentos referentes às Debêntures serão efetuados em conformidade com os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas para negociação junto ao SND ou em conformidade com os procedimentos adotados pela CBLIC, para as Debêntures registradas para negociação junto ao BOVESPA FIX ou, ainda, na hipótese de o Debenturista não estar vinculado a qualquer dos sistemas em que forem registradas as Debêntures, por intermédio do Banco Mandatário.

4.13. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.

4.14. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da 4ª Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados na forma de avisos nos jornais utilizados pela EMISSORA para realização de suas publicações.

4.15. Vencimento Antecipado

4.15.1 São considerados eventos de vencimento antecipado, sujeitos à declaração, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, do vencimento antecipado da 4ª Emissão e da imediata exigibilidade do pagamento, pela EMISSORA, do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado de cada Debênture, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, independentemente de qualquer aviso ou notificação à EMISSORA, quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA, cujo valor global não pago ultrapasse R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) salvo se o protesto tiver sido efetuado por er-

ro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela EMISSORA, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas de sua ocorrência;

- b) falta de cumprimento pela EMISSORA de toda e qualquer obrigação decorrente desta Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, inclusive, mas sem limitação, das obrigações de natureza pecuniária;
- c) não pagamento da Remuneração devida às Debêntures nas respectivas Datas de Pagamento, bem como quaisquer outras obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura;
- d) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA, em montante igual ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da EMISSORA decorrentes da 4ª Emissão;
- e) alteração do controle acionário da EMISSORA sem que tenham sido constituídas garantias adicionais à 4ª Emissão, na forma que vier a ser ajustado entre a EMISSORA e os Debenturistas, reunidos em Assembléia especialmente convocada para esse fim. A obrigação a que se refere este subitem (e) deverá constar de eventual edital de transferência do controle da EMISSORA ou documento equivalente;
- f) privatização, liquidação, dissolução, cisão ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a EMISSORA, que possam, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes da 4ª Emissão; e
- g) extinção da licença, perda de concessão ou perda da capacidade da EMISSORA para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em área(s) do território do Estado de São Paulo que tenha(m) sido responsável(is), isoladamente ou em conjunto, e que venham, a qualquer tempo durante a vigência das Debêntures representar um valor superior a 25% (vinte e cinco por cento) da receita operacional líquida da EMISSORA.

4.15.2. Quando da ocorrência dos eventos indicados no item 4.15.1 acima, o AGENTE FIDUCIÁRIO poderá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembléia Especial de Debenturistas para deliberar sobre o vencimento antecipado das Debêntures. A Assembléia de Debenturistas prevista neste item poderá também ser convocada pela EMISSORA.

4.15.2.1. Na Assembléia de Debenturistas mencionada no item anterior, que será instalada observado o quorum previsto na Cláusula Nona abaixo, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem metade das Debêntures em circulação mais uma Debênture, por não declarar vencidas as Debêntures.

4.15.2.2. Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia de Debenturistas mencionada acima, por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovada o exercício da faculdade prevista no item 4.15.2.1. acima por Debenturistas que representem metade das Debêntures em circulação mais uma Debên-

ture, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados no item 4.15.1. acima.

4.16. Destinação de Recursos

4.16.1. Os recursos líquidos captados com a colocação da 4ª Emissão serão destinados à liquidação de dívidas vincendas da EMISSORA, levando em consideração a Deliberação de Diretoria 0334/2000.

4.16.2. Fica, desde já, a EMISSORA obrigada a enviar ao AGENTE FIDUCIÁRIO cópia da Deliberação de Diretoria 0334/2000, de 11 de dezembro de 2000, e dos documentos comprobatórios do efetivo pagamento das referidas dívidas, inclusive daqueles relativos a dívidas já quitadas pela EMISSORA até da Data de Emissão. Os comprovantes acima, deverão ser encaminhados ao AGENTE FIDUCIÁRIO no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da respectiva liquidação.

Cláusula Quinta – OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

- (i) Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:
 - a) cópia de seus demonstrativos financeiros trimestrais, na mesma data em que tais demonstrativos forem entregues à CVM;
 - b) cópia de seus demonstrativos financeiros anuais completos, na mesma data em que tais demonstrativos forem entregues à CVM;
 - c) com a maior brevidade possível, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada;
 - d) as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202/93, com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM;
- (ii) não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, e/ou juros sobre capital próprio se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer das obrigações pecuniárias devidas em virtude das Debêntures;
- (iii) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- (iv) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas, as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado; e
- (v) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

5.2. A EMISSORA obriga-se a informar ao AGENTE FIDUCIÁRIO a ocorrência de qualquer evento previsto no 4.15.1 no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar de sua ocorrência.

5.3. A EMISSORA obriga-se também, desde que solicitada, a efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

5.3.1. As despesas a que se refere o item 5.3. acima compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados à tabela atribuída pela EMISSORA aos membros de sua Superintendência, para suas locomoções e hospedagem;
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.3.2. O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO, por despesas incorridas no sentido de proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma desta Cláusula Quinta, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

5.4. A EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO declaram não haver qualquer ligação entre ambos que impeça o AGENTE FIDUCIÁRIO de exercer plenamente suas funções.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A EMISSORA nomeia e constitui agente fiduciário da 4ª Emissão, a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante ela, EMISSORA, os interesses da comunhão dos titulares das Debêntures da 4ª Emissão.

6.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO dos Debenturistas da 4ª Emissão, nomeado na presente Escritura, declara:

- a) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura;
- b) aceitar integralmente esta Escritura, todas suas cláusulas e condições;
- c) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida; e

- d) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28/1983.

6.3. O AGENTE FIDUCIÁRIO exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até o vencimento final das Debêntures da 4ª Emissão ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a seguinte remuneração, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura:

- a) parcelas trimestrais de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), sendo a 1ª (primeira) devida em 01 de julho de 2001 e as demais devidas trimestralmente, a partir da data retro referida;
- b) as remunerações previstas na alínea “a” do presente item serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA;
- c) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente, ou na menor periodicidade permitida por lei, com base no índice que vier a ser ajustado nos termos do “Termo de Contrato de Prestação de Serviços” celebrado pela EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO;
- d) as remunerações não incluem as despesas incorridas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO no exercício de suas funções e no cumprimento dos seus deveres, que serão reembolsadas pela EMISSORA na forma do item 5.3. da Cláusula Quinta acima, desde que devidamente comprovadas;
- e) em caso de inadimplemento pela EMISSORA das obrigações de pagamento aos Debenturistas estabelecidas nesta Escritura, todas as despesas com procedimentos legais em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. As despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese de a EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias.

6.5. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

- c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existente, caso em que o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das Debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da EMISSORA;
- i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- j) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações;
- k) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, letra “b”, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:
 - 1.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela EMISSORA;
 - 1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - 1.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - 1.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - 1.5) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta Escritura; e
 - 1.6) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO.

- m) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:
 - m.1) na sede da EMISSORA;
 - m.2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - m.3) na CVM;
 - m.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
 - m.5) nas instituições financeiras que liderarem a colocação das Debêntures.
- n) publicar, nos órgãos de imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea “m” acima;
- o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante inclusive, gestões junto à EMISSORA e à instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures;
- p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- q) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, de qualquer inadimplemento pela EMISSORA de obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações; comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM;
- r) elaborar o relatório previsto no item “l”, obedecendo os mesmos locais para disponibilização aos Debenturistas descritos no item “m” acima.

6.6. O AGENTE FIDUCIÁRIO, observado o disposto no item 4.15.2. acima, usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições da presente Escritura;
- b) tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos Debenturistas; e,
- c) representar os Debenturistas em processo de liquidação, dissolução e/ou extinção da EMISSORA.

6.6.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na alínea "a" deste item na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura.

6.6.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "b" e "c" deste item, se a Assembléia de Debenturistas assim autorizar, nos termos do item 4.15.2. acima.

6.6.3. Se qualquer quantia devida aos Debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita por meio de advogados, a EMISSORA deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção ou qualquer outro caso de vacância na função de AGENTE FIDUCIÁRIO, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO. A substituição não implicará em remuneração ao novo AGENTE FIDUCIÁRIO superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá este comunicar imediatamente o fato à EMISSORA e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu substituto, em Assembléia dos Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Em qualquer hipótese, a substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO ficará sujeita à comunicação prévia à CVM.

6.7.4. A substituição em caráter permanente do AGENTE FIDUCIÁRIO, deverá ser objeto de aditamento à esta Escritura, devendo este ser averbado no Registro de Imóveis no qual foi registrado a Escritura.

6.7.5. Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – DESPESAS

Correrão por conta da EMISSORA todos os custos com o registro dos atos necessários à colocação das Debêntures, tais como a Escritura e as Atas da AGE e da RCA, bem como os custos de publicação do extrato dessa última na forma da legislação.

Cláusula Oitava – DA RENÚNCIA

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso em exercer, ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

Cláusula Nona – DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

9.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404/76, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2. A Assembléia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

9.3. Aplicar-se-á à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76, para Assembléia Geral de Acionistas.

9.4. A Assembléia instalar-se-á, observado o disposto no item 4.15.2., em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

9.5. A Assembléia poderá, pelo voto de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação mais uma Debênture, aprovar modificações nas condições das Debêntures.

9.6. Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA nas Assembléias dos Debenturistas.

9.7. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à Assembléia dos Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula Dez – DA DIVISÃO

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

Cláusula Onze – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.”

E por estarem assim justas e contratadas, firmam este Aditamento a EMISSORA e, na qualidade de interveniente, o AGENTE FIDUCIÁRIO, em 05 (cinco) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas.”

São Paulo, 28 de junho de 2001.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP

Ariovaldo Carmignani
Presidente
CPF 066.752.718-49

Paulo Domingos Knippel Galletta
Diretor Econômico-Financeiro
CPF 218.277.108-83

Pentágono S/A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Paulo Luiz Ferreira
Procurador
CPF 144.070.938-62

Marta Passos Joana Peixoto
Procuradora
CPF 564.083.906-68

Testemunhas

Márcio Vicente
Céd. Identidade RG 3.441.184-RJ
CPF 371.639.907-82

Euclides Denis Gonçalves da Silva
Céd. Identidade RG 14.102.868-SP
CPF 564.083.906-68